

CAPÍTULO 8

ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA NA PESQUISA, NOS EVENTOS E NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

 <https://doi.org/10.68044/c27awz88>

Marcos Paulo de Almeida ¹

Mestre em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília - UnB. Atualmente atua como professor na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, campus Araguatins.



André Daniel Paixão ²

Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



RESUMO: Este artigo analisa a acessibilidade linguística na pesquisa, nos eventos e nas publicações científicas, com ênfase na participação de pessoas surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A discussão, de natureza bibliográfica, articula estudos sobre justiça linguística, comunicação científica, interpretação em conferências, produção acadêmica em Libras, terminologia especializada e recursos digitais. Argumenta-se que o acesso formal à universidade e à ciência não garante, por si só, participação equitativa, pois persistem barreiras decorrentes da centralidade da escrita e da oralidade. Nos eventos, a presença de intérpretes exige planejamento, preparação terminológica e condições técnicas adequadas. Na pesquisa e nas publicações, vídeo-artigos, glossários bilíngues, validação terminológica por pesquisadores surdos e políticas editoriais inclusivas ampliam as possibilidades de autoria e circulação do conhecimento. Conclui-se que a acessibilidade linguística deve integrar todas as etapas da produção científica, reconhecendo a Libras como língua legítima de produção, comunicação e validação acadêmica, em condições democráticas e plurais.

Palavras-chave: Acessibilidade linguística; Libras; Comunicação científica; Pesquisa científica.

INTRODUÇÃO

A ampliação da presença de pessoas surdas na educação superior, na pós-graduação, nos grupos de pesquisa e em diferentes espaços de produção do conhecimento tornou mais visíveis questões que não se resolvem apenas com o ingresso formal nas instituições. Entre elas, destaca-se a acessibilidade linguística, entendida, neste artigo, como a criação de condições efetivas para que sujeitos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) possam compreender, produzir, discutir, avaliar e fazer circular conhecimentos em sua própria língua. Essa perspectiva desloca a acessibilidade de uma lógica restrita ao fornecimento de recursos pontuais e a aproxima de

uma política de participação acadêmica, autoria e reconhecimento linguístico.

No Brasil, a Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou dispositivos importantes relativos ao seu uso, à formação e à presença de profissionais que atuam na mediação linguística (Brasil, 2002; Brasil, 2005). Esses marcos contribuíram para ampliar a presença da Libras em instituições educacionais. Entretanto, a existência de direitos formalmente estabelecidos não elimina, por si só, barreiras que se manifestam nos procedimentos de pesquisa, nas conferências acadêmicas, nas bancas, nas reuniões de grupos, nos sistemas de submissão de periódicos e nos formatos tradicionais de divulgação científica.

A experiência universitária revela que a acessibilidade linguística precisa atravessar o tripé ensino, pesquisa e extensão. Silva, Rosa, Desidério e Rosa (2023, p. 1) observam que ações institucionais de formação em Libras podem contribuir para garantir o acesso contínuo de pessoas surdas às atividades universitárias. Embora o estudo das autoras se concentre na capacitação de servidores, sua conclusão é relevante para o debate científico porque demonstra que a participação não depende apenas do indivíduo surdo ou do intérprete, mas também da organização institucional e da capacidade de

diferentes setores reconhecerem demandas linguísticas como parte de sua responsabilidade cotidiana.

Castro e Jesus (2026, p. 4) relacionam a acessibilidade linguística à cidadania, ao acesso a direitos e à participação social, argumentando que estruturas educacionais e comunicacionais pouco sensíveis à diversidade podem restringir a inclusão de pessoas surdas. Transportada para o campo científico, essa compreensão permite afirmar que a participação acadêmica não deve ser reduzida à presença física em uma sala, em um congresso ou em uma universidade. É necessário considerar se o sujeito dispõe de condições linguísticas para acompanhar a atividade, intervir nela, registrar seu pensamento e ser reconhecido como produtor de conhecimento.

No contexto da Ciência Aberta, Almeida (2026) problematiza justamente o contraste entre disponibilização e acessibilidade. Para o autor, ampliar o acesso gratuito a artigos, bases e repositórios não significa automaticamente garantir apropriação, autoria ou participação quando a comunicação científica permanece organizada de modo predominante pela escrita e pela oralidade. Essa leitura é especialmente produtiva para este artigo porque ajuda a compreender a acessibilidade linguística como dimensão transversal da ciência: não se trata apenas de traduzir um produto final, mas de reconhecer diferentes línguas e modalidades de significação ao longo de todo o processo científico.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar a acessibilidade linguística em três dimensões articuladas: a pesquisa, os eventos e as publicações científicas. Busca-se discutir como a Libras pode estar presente não apenas como recurso de recepção de conteúdos, mas também como língua de autoria, interação, elaboração conceitual e divulgação do conhecimento. Para isso, mobilizam-se estudos sobre comunicação científica, terminologia, neologismos acadêmicos, interpretação em conferências, feedback da audiência surda, produção de artigos em vídeo e práticas institucionais de acessibilidade.

O texto possui natureza bibliográfica e qualitativa e foi elaborado a partir dos materiais selecionados para esta discussão. A análise organiza o referencial em cinco eixos: acessibilidade e justiça linguística; produção de conhecimento e terminologia em Libras; acessibilidade em eventos acadêmicos; publicações científicas em formatos sinalizados e multimodais; e integração institucional das práticas acessíveis. A intenção não é esgotar o tema, mas demonstrar que pesquisa, evento e publicação formam um circuito interdependente: se uma dessas etapas permanece linguisticamente inacessível, a participação científica de pesquisadores surdos pode ser limitada mesmo quando outros espaços apresentam avanços.

REFERENCIAL TEÓRICO

Almeida (2026, p. 3) sustenta que a comunicação científica envolve produção, avaliação, circulação, validação, preservação e apropriação do conhecimento. Essa definição amplia o debate porque a acessibilidade passa a alcançar não somente a leitura do artigo final, mas também as etapas nas quais o conhecimento é discutido e reconhecido. Sob essa perspectiva, políticas de acesso aberto são importantes, mas tornam-se insuficientes quando não consideram a diversidade de línguas, modalidades e experiências comunicacionais dos sujeitos que participam da ciência.

A comunicação científica permanece estruturada por regimes linguísticos que privilegiam a escrita e a oralidade, consolidando-se como espaços historicamente configurados por línguas majoritárias e por modos de significação alinhados à experiência ouvinte. Tal configuração produz efeitos diretos sobre a participação de sujeitos que não compartilham dessas mesmas condições linguísticas, como é o caso das pessoas surdas usuárias de línguas de sinais. Assim, mesmo em um contexto de ampliação do acesso formal, persistem barreiras que limitam a apropriação, a produção e a circulação do conhecimento por esses sujeitos (Almeida, 2026, p. 3).

A noção de justiça linguística empregada por Almeida (2026, p. 4) contribui para esse deslocamento ao propor que a democratização do conhecimento considere as condições materiais e simbólicas de participação. Em termos práticos, isso implica perguntar se os espaços

científicos oferecem tempo, recursos, profissionais, tecnologias e regras editoriais compatíveis com a Libras. Implica também considerar que a comunidade surda não deve ocupar apenas o lugar de destinatária de conteúdos traduzidos, mas pode constituir-se como comunidade autora, avaliadora e formuladora de conceitos.

A formação institucional é uma das condições para esse processo. Silva *et al.* (2023, p. 1) relatam uma ação de capacitação em Libras destinada a funcionários universitários e associam essa iniciativa à mediação da comunicação e à ampliação do acesso. O dado é significativo porque mostra que a acessibilidade não deve ficar concentrada exclusivamente no setor especializado ou na figura do tradutor-intérprete. Quanto mais a instituição compreende aspectos linguísticos, culturais e éticos relacionados à Libras, maior é a possibilidade de planejar fluxos acadêmicos que antecipem barreiras em vez de reagir a elas somente quando surgem.

A pesquisa científica depende de linguagem especializada. Cada campo produz conceitos, categorias, técnicas e terminologias que precisam ser compreendidos, discutidos e reformulados pelos pesquisadores. Para usuários de Libras, essa dimensão pode envolver a criação, circulação e consolidação de sinais-termo capazes de expressar noções abstratas e específicas. O desenvolvimento terminológico, portanto, não deve ser interpretado como uma evidência de insuficiência da língua, mas como um processo regular

de expansão lexical associado ao crescimento da participação surda em diferentes áreas do conhecimento.

Schmitt *et al.* (2026, p. 147) relacionam a presença de doutores surdos nas universidades ao fortalecimento de uma produção científica em Libras. Os autores afirmam que, à medida que pesquisadores surdos defendem teses e participam de práticas acadêmicas em sua língua, emerge “um léxico próprio da produção científica visual, articulado por e para a comunidade surda”. A formulação é importante porque associa terminologia e autoria: os sinais acadêmicos não são somente recursos para receber conceitos provenientes do português, mas instrumentos pelos quais a própria comunidade pode elaborar e compartilhar conhecimento.

Essa discussão se aproxima do estudo de Brito e Wick-Pedro (2026), que descreve a construção de um glossário bilíngue Português-Libras voltado à informação científica e tecnológica. O projeto utilizou processamento de linguagem natural, análise semântica e validação por especialistas surdos e ouvintes, resultando, em sua etapa descrita no artigo, na identificação e validação de 130 termos científicos. O aspecto mais relevante para a acessibilidade não é apenas a quantidade de termos, mas a combinação entre tecnologia, rigor terminológico e participação de usuários da língua no processo de validação.

A complexidade conceitual dos termos técnicos empregados na ciência, muitas vezes ausentes de sinais codificados em Libras, agrava esse cenário, limitando a compreensão mesmo entre surdos proficientes na leitura e escrita em português. Tais dificuldades evidenciam a urgência de se desenvolver materiais terminológicos bilíngues que atendam às especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda, promovendo uma verdadeira acessibilidade comunicacional (Brito; Wick-Pedro, 2026, p. 2).

Brito e Wick-Pedro (2026, p. 19) assinalam ainda que a integração de vídeos em Libras a bases terminológicas amplia o alcance da divulgação científica e reforça o caráter dinâmico do glossário. Essa observação sugere que os produtos terminológicos precisam acompanhar a transformação do conhecimento. Novas áreas, tecnologias e debates geram novos termos; por isso, a acessibilidade linguística requer atualização contínua e mecanismos de participação que permitam revisão e validação comunitária.

A dimensão terminológica se relaciona diretamente à autoria. Quando um pesquisador dispõe de recursos para formular conceitos em Libras, discutir escolhas lexicais e registrar suas análises em formato visual, amplia-se sua possibilidade de pensar e argumentar na língua em que organiza parte significativa de sua experiência linguística. Isso não elimina a relevância do português escrito nem dispensa práticas bilíngues; ao contrário, cria condições para que a relação entre Libras e português ocorra de maneira menos hierárquica,

com tradução, revisão e equivalência funcionando como pontes entre comunidades científicas.

Os eventos científicos constituem espaços estratégicos para a formação de redes, a circulação de resultados e a construção coletiva do conhecimento. Congressos, seminários, simpósios, defesas e mesas-redondas possibilitam contato direto entre pesquisadores, mas também impõem desafios específicos à acessibilidade linguística: velocidade da fala, densidade conceitual, uso de terminologia especializada, projeção de slides, mudanças de palestrantes, perguntas imprevistas e necessidade de interpretação simultânea. Por essa razão, a presença de um intérprete, embora fundamental, não deve ser confundida com garantia automática de acessibilidade.

Santos e Lacerda (2018) analisam a atuação do intérprete Libras-português em conferências acadêmicas e mostram que esse contexto possui dinâmica própria. A formalidade, a limitação do tempo e a especialização dos conteúdos ampliam a complexidade da tarefa interpretativa. O estudo chama atenção também para condições materiais de trabalho, posicionamento do profissional, acesso prévio aos conteúdos e exposição visual diante da plateia.

O contexto de conferência analisado neste estudo é o de conferências acadêmicas, no qual o intérprete trabalha, em geral, vertendo para língua de sinais conteúdos científicos e de pesquisas. Comumente, trata-se de um pesquisador/professor bastante experiente em seu campo de estudo que fala para uma audiência

interessada em ampliar seus conhecimentos sobre aquele tema específico. Esse contexto é peculiar, por ser um momento de exposição de ideias, em um tempo pré-determinado, o que muitas vezes faz com que os palestrantes acelerem suas explicações, usem um vocabulário bastante específico de suas áreas de estudo, e abordem temática, em geral, bastante complexas (Santos; Lacerda, 2018, p. 66).

O planejamento da acessibilidade precisa anteceder o início do evento. Fornecer resumos, apresentações, referências, nomes próprios e glossários aos intérpretes permite estudo terminológico e tomada de decisões mais consistente. Santos e Lacerda (2018, p. 79-80) destacam que o preparo prévio é fundamental em contextos complexos, embora nem sempre os profissionais recebam os materiais necessários. Essa ausência desloca para o intérprete a responsabilidade de improvisar diante de conteúdos densos, o que pode comprometer a qualidade da mediação e aumentar a carga cognitiva.

Barbosa (2026, p. 18) acrescenta outra dimensão ao demonstrar que, em conferências com público surdo, a audiência pode oferecer feedback imediato por expressões faciais, sinais de dúvida, interrupções ou perguntas. Essa característica torna a interpretação em Libras especialmente interacional. O intérprete não apenas processa o discurso do palestrante; ele monitora as reações do público e pode precisar reformular escolhas em tempo real. Assim, a acessibilidade de um evento depende também da possibilidade de interação e de

condições que não transformem a interpretação em fluxo unilateral e rígido.

Ao discutir a tomada de decisões na interpretação, Levý (1967 *apud* Barbosa, 2026, p. 18) caracteriza a tradução como um “processo de decisão”. No contexto simultâneo, essa ideia ganha relevância porque as escolhas ocorrem sob pressão temporal. O intérprete precisa selecionar equivalentes, administrar termos desconhecidos, acompanhar o discurso e responder a sinais da audiência. Por isso, a preparação terminológica, o trabalho em equipe e a existência de intérprete de apoio não devem ser vistos como vantagens opcionais, mas como condições que podem diminuir riscos comunicacionais.

Os resultados de Barbosa (2026, p. 42-43) mostram que *feedbacks* interrogativos, corretivos ou de incompreensão podem aumentar a sobrecarga cognitiva e provocar reformulações, adições ou omissões. Por outro lado, *feedbacks* confirmativos podem apoiar a continuidade da tarefa. O dado é importante para a organização de eventos porque evidencia que o público surdo participa ativamente do processo de construção de sentidos. Uma política acessível deve reconhecer essa participação, assegurar tempo para perguntas e evitar formatos excessivamente rígidos que dificultem ajustes quando a compreensão não se estabelece.

Outro aspecto é a participação de palestrantes surdos. A acessibilidade não deve ser planejada apenas para espectadores surdos

que recebem conteúdo em Libras. Quando o pesquisador surdo ocupa a posição de conferencista, mediador ou debatedor, torna-se necessário organizar a interpretação de Libras para português e assegurar que sua fala sinalizada tenha centralidade equivalente à fala oral. Essa inversão de direção ajuda a superar a ideia de que a Libras entra no evento somente como tradução de um conteúdo originalmente produzido em português.

Se os eventos são espaços de circulação síncrona, as publicações constituem uma das principais formas de registro, validação e permanência do conhecimento científico. Tradicionalmente, periódicos, repositórios e sistemas de avaliação concentram-se em gêneros escritos. Para pesquisadores surdos, esse padrão pode significar que a língua utilizada para produzir e discutir conhecimentos em determinados contextos não encontra lugar equivalente no momento da publicação. A acessibilidade editorial, portanto, envolve pensar não apenas em traduções anexas, mas em formatos nos quais a Libras possa constituir o próprio texto científico.

Almeida (2026, p. 14-16) argumenta que a acessibilidade na ciência não pode ser reduzida a recursos técnicos. O autor chama atenção para a necessidade de reconhecer a Libras como língua de produção, circulação e validação do conhecimento, o que exige repensar formatos de publicação, critérios de avaliação e políticas editoriais. O problema se torna especialmente evidente quando

periódicos aceitam apenas manuscritos escritos e não possuem procedimentos para avaliar produções originalmente realizadas em língua de sinais.

A experiência analisada por Lima, Melo e Batista Júnior (2024) mostra uma possibilidade concreta de ampliação dos gêneros científicos. O estudo examina um artigo de divulgação científica em Libras publicado em formato de vídeo e discute o recurso tecnológico como suporte compatível com a modalidade visual-espacial da língua. Os autores demonstram que um texto científico sinalizado pode manter objetivos comunicativos, organização temática e práticas de citação, ao mesmo tempo em que explora recursos próprios da produção visual.

Quanto ao conceito de inovação proposto pela revista Roseta que, agregado ao processo de inclusão social, traça objetivos focando em produções textuais que visualizem a popularização da Linguística de forma estética e/ou humorística com a intenção clara em atrair novos autores/leitores para sua revista e/ou site. Identificou a necessidade em oferecer à comunidade surda um espaço para publicações de vídeos em Libras. De tal modo, estabeleceu regras de submissão e o próprio escopo da revista voltadas especificamente para divulgações nessa língua de sinais. Enfim, a proposta de inovação dessa revista é acima de tudo considerar a língua de sinais uma forma de romper as convenções de escrita ao divulgar esse tipo de gênero acadêmico/científico (Lima; Melo; Batista Júnior, 2024, p. 120).

A existência de normas específicas para vídeo em Libras mostra que políticas editoriais acessíveis precisam considerar aspectos linguísticos e técnicos de modo integrado. Lima *et al.* (2024, p. 118-120) mencionam enquadramento, velocidade da datilologia, visualização das mãos e do corpo, fundo, resolução e outros elementos que interferem diretamente na compreensão. Em uma publicação sinalizada, esses parâmetros cumprem função semelhante à legibilidade gráfica em um texto escrito: sem qualidade visual, parte da informação linguística pode ser perdida.

Para que a produção em Libras seja reconhecida como publicação científica, é necessário desenvolver procedimentos de avaliação por pares capazes de analisar o conteúdo sinalizado, preservar os registros, atribuir identificadores persistentes e permitir citação e recuperação. Isso requer avaliadores proficientes, políticas claras de submissão, padrões de metadados e mecanismos de arquivamento. Não se trata de reduzir o rigor; trata-se de construir formas de aplicar o rigor científico a um gênero cuja materialidade não é exclusivamente escrita.

A produção bilíngue oferece uma alternativa particularmente promissora. Um artigo pode articular versão em Libras, texto em português, legendas, transcrição e metadados, permitindo circulação entre diferentes comunidades linguísticas. Nessa configuração, as versões não precisam ser pensadas como original e derivação

hierarquicamente ordenadas, mas como componentes de um mesmo objeto científico multimodal. Tal perspectiva também beneficia leitores ouvintes, intérpretes, estudantes de Libras e pesquisadores interessados em acompanhar escolhas terminológicas e discursivas.

Nesse processo, a terminologia retorna como elemento decisivo. A publicação em Libras demanda consistência na apresentação de sinais-termo e, quando necessário, explicitação das escolhas realizadas. Os glossários descritos por Brito e Wick-Pedro (2026) e os processos de neologização analisados por Schmitt et al. (2026) podem contribuir para políticas editoriais que incluam anexos terminológicos, links para bancos de sinais e participação de consultores surdos na revisão linguística. Dessa forma, a acessibilidade editorial também fortalece documentação e memória científica em Libras.

As três dimensões discutidas não funcionam de forma independente. A pesquisa produz conceitos e resultados que são debatidos em eventos e posteriormente registrados em publicações; os eventos, por sua vez, permitem que terminologias sejam testadas, negociadas e difundidas; as publicações estabilizam parte desses usos e oferecem materiais de consulta para novas investigações. A acessibilidade linguística precisa acompanhar esse circuito completo, evitando que avanços em uma etapa sejam neutralizados por barreiras em outra.

Os materiais analisados sugerem uma concepção mais integrada. Silva *et al.* (2023) evidenciam a necessidade de formação institucional; Santos e Lacerda (2018) e Barbosa (2026) mostram que interpretação de conferência depende de preparação, condições de trabalho e interação; Brito e Wick-Pedro (2026) e Schmitt *et al.* (2026) destacam a relevância de terminologia e participação comunitária; Lima *et al.* (2024) demonstram a viabilidade de gêneros científicos em vídeo; e Almeida (2026) articula esses desafios à justiça linguística e ao reconhecimento da Libras nos circuitos formais da ciência.

A partir dessa articulação, uma política de acessibilidade linguística para a pesquisa científica precisa considerar pelo menos quatro princípios. O primeiro é a antecipação: recursos linguísticos e tecnológicos devem ser planejados antes da atividade. O segundo é a participação: pesquisadores surdos devem integrar decisões sobre terminologia, formatos e avaliação. O terceiro é a equivalência de legitimidade: a Libras não deve ser tratada apenas como tradução auxiliar, mas como possível língua de produção científica. O quarto é a continuidade: materiais, glossários, vídeos e decisões terminológicas precisam ser preservados e reutilizáveis em etapas posteriores.

Esses princípios têm implicações concretas. Projetos de pesquisa podem reservar recursos para interpretação, tradução e produção audiovisual; eventos podem solicitar materiais com antecedência e prever equipes de revezamento; periódicos podem criar

normas para vídeo-artigos e formar bancos de pareceristas proficientes em Libras; universidades podem reconhecer produtos científicos sinalizados em seus sistemas de avaliação. O objetivo não é criar um circuito separado para pesquisadores surdos, mas ampliar o circuito existente para que diferentes formas de linguagem possam participar de maneira legítima.

Em síntese, a ciência linguisticamente acessível depende de uma mudança de foco: de adaptar pontualmente pessoas a estruturas já definidas para transformar as próprias estruturas de comunicação. Essa mudança não elimina a escrita, a oralidade ou o português; amplia o repertório de formas legitimadas de produzir conhecimento. Ao reconhecer a Libras em reuniões, conferências, registros audiovisuais, glossários, artigos e processos de avaliação, a instituição científica cria condições mais consistentes para autoria, interlocução e circulação de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permite compreender que a acessibilidade linguística na ciência ultrapassa a oferta isolada de serviços de tradução e interpretação. Embora esses serviços sejam indispensáveis em muitos contextos, a participação de pessoas surdas na pesquisa, nos eventos e nas publicações depende de um conjunto

articulado de condições institucionais, linguísticas, tecnológicas e editoriais. A acessibilidade torna-se efetiva quando a Libras é considerada desde o planejamento das atividades e reconhecida como língua capaz de produzir, discutir e registrar conhecimento.

Na pesquisa, a participação surda envolve acesso às reuniões, aos conceitos, às decisões metodológicas e aos processos de orientação. A expansão do léxico acadêmico e a construção de glossários bilíngues mostram que a terminologia científica em Libras se desenvolve em diálogo com a presença crescente de pesquisadores surdos. Esses processos são fortalecidos quando a comunidade participa da validação dos sinais e quando registros digitais preservam e fazem circular os usos terminológicos.

Nos eventos científicos, os estudos analisados evidenciam que interpretação simultânea é uma atividade complexa, submetida a pressão temporal, terminologia especializada e interação constante com a audiência. Portanto, a acessibilidade depende de preparo prévio, materiais antecipados, equipes adequadas, posicionamento visual, condições técnicas e reconhecimento do feedback do público. Um evento não se torna plenamente acessível apenas porque possui um intérprete; é necessário que toda a organização favoreça a qualidade da mediação e a participação efetiva.

Nas publicações, formatos em vídeo e produções bilíngues revelam caminhos para ampliar a autoria científica em Libras. A

experiência de artigos sinalizados demonstra que gêneros acadêmicos podem ser realizados em modalidade visual-espacial, desde que existam normas técnicas, mecanismos de avaliação e infraestrutura de preservação e indexação. O desafio é fazer com que essas iniciativas deixem de ocupar posição excepcional e possam integrar, com rigor equivalente, os fluxos ordinários da comunicação científica.

Conclui-se, assim, que acessibilidade linguística, justiça linguística e democratização do conhecimento são dimensões interdependentes. Reconhecer a Libras somente como recurso de tradução mantém a comunidade surda predominantemente na posição de receptora. Reconhecê-la também como língua de pesquisa, autoria, debate, avaliação e publicação amplia as condições para que pesquisadores surdos atuem como sujeitos plenos na construção do saber científico. Essa transformação requer políticas institucionais contínuas, participação da comunidade surda e compromisso com práticas acadêmicas que acolham a diversidade linguística como parte constitutiva da própria ciência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. Ciência aberta e justiça linguística: desafios para a acessibilidade de usuários surdos na produção e acesso ao conhecimento científico. **Ciência da Informação Express**, Lavras, MG, v. 7, p. e154, 2026. DOI: <https://doi.org/10.60144/v7i.2026.198>.

BARBOSA, Diego Maurício. O impacto do feedback da audiência surda na interpretação para Libras em contexto de conferência. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 42, e04299, p. 17-47, 2026. DOI: <https://doi.org/10.14393/LL63-v42-2026-30>.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 15 jul. 2026.

BRITO, Ronnie Fagundes de; WICK-PEDRO, Gabriela. Criação de um glossário bilíngue Libras-Português: uma iniciativa para promover acessibilidade comunicacional. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 41, supl., e04108, p. 1-21, 2026. DOI: <https://doi.org/10.14393/LL63-v37S-2026-8>.

CASTRO, Elisângela Ferreira de; JESUS, Edna Maria. Acessibilidade linguística no trabalho: leitura e escrita para surdos. **Revista Tópicos**, Ciências Humanas, 24 mar. 2026. DOI: <https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774334160>.

LEVÝ, Jiří; ALTHOFF, Gustavo; VIDAL, Cristiane. Translation as a Decision Process / A Tradução como um Processo de Tomada de Decisão. **Scientia Traductionis**, Florianópolis, n. 11, p. 72-96, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4237.2012n11p72>. Disponível

em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/1980-4237.2012n11p72>. Acesso em: 28 jul. 2026.

LIMA, Ediane Silva; MELO, Bárbara Olímpia Ramos de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes. A tendência de inovação em um artigo de divulgação científica em Libras: contrastes em reflexão. **Prolíngua**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 109-121, ago./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-9979.2024v19n2.70914>. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-9979.2024v19n2.70914>. Acesso em: 4 set. 2026.

SANTOS, Kátia Andréia Souza dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Libras-português no contexto de conferência: reflexões sobre sua atuação. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 63-82, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/35404>. Acesso em: 30 jul. 2026.

SCHMITT, Deonísio; KLEIN, Carla Beatriz Medeiros; MEGDA, Eduardo Alberto; BEZERRA, Giovana Cristina de Campos; ELIAS, Ananda Loiola Simões; COSTA, Marcelo de Araújo. Mudança lexical em Libras: neologismos acadêmicos na formação de doutores surdos. **Revista Ilustração**, Santo Ângelo, v. 7, n. 3, p. 145-159, 2026. DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i3.557>.

SILVA, Priscila Amorim; ROSA, Andréa da Silva; DESIDÉRIO, Rosimeire Aparecida Antunes; ROSA, Luciana Aguera. Acessibilidade linguística: caminho para a efetivação de uma universidade acessível à comunidade surda. **Congresso dos Profissionais das Universidades Estaduais de São Paulo**, Campinas, SP, n. 2, E023013, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/conpuesp.2.2023.5048>.